

ANALISTA TRIBUTÁRIO



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA E MODELO DE CONTROLE – MCA

Questão 1

As opções a seguir apresentam atribuições da Aduana brasileira, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O papel institucional da Aduana brasileira foi se modificando ao longo dos últimos anos, de forma que a função arrecadadora foram agregadas atribuições que se relacionam à regulação econômica, à segurança pública e do Estado e à proteção da sociedade.
- (B) Parte do êxito da Aduana brasileira no exercício de suas funções decorre da interconexão entre informações disponíveis nos sistemas informatizados da RFB, de processos de trabalho conjuntos e da troca de experiências entre as distintas áreas do órgão.
- (C) Apesar de ter atribuições associadas à segurança pública, a Aduana brasileira não detém instrumentos que permitam o exercício do poder de polícia, dependendo da autoridade policial para realizar a apreensão de mercadorias e veículos.
- (D) Além da existência de temas comuns, há entre os objetivos estratégicos da RFB temas especificamente aduaneiros, como ampliar a segurança e a agilidade no comércio exterior.
- (E) O mapa estratégico da RFB expressa o comprometimento do órgão tanto com a segurança da sociedade quanto com a facilitação do comércio, sem se afastar da adequada e eficaz cobrança de tributos.

Questão 2

Sobre a estrutura organizacional das atividades aduaneiras na RFB, assinale a afirmativa correta.

- (A) A estrutura da RFB estabelecida pelo seu Regimento Interno prevê a existência da Superintendência-Geral de Administração Aduaneira, a qual, em conjunto com as 10 Superintendências-Regionais, detém as funções de planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à administração aduaneira.
- (B) O Regimento Interno da RFB prevê o exercício da administração aduaneira de forma centralizada, sem estrutura descentralizada competente para gerir, nas Regiões Fiscais, a execução das atividades relativas ao controle aduaneiro.
- (C) Por se relacionar ao exercício da fiscalização tributária, ao buscar a efetiva cobrança dos tributos incidentes em operações de comércio exterior, as atividades associadas ao planejamento e à execução da fiscalização aduaneira se inserem na estrutura da Subsecretaria de Fiscalização.
- (D) A gestão da execução das atividades relativas ao controle aduaneiro e das atividades relacionadas ao combate ao contrabando e ao descaminho, no âmbito das Regiões Fiscais, são exercidas, respectivamente, pelas Divisões de Administração Aduaneira (DIANA) e pelas Divisões de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (DIREP), vinculadas às Superintendências-Regionais da RFB.
- (E) Para permitir o cumprimento do objetivo estratégico de ampliar a segurança e a agilidade no comércio exterior, o Regimento Interno da RFB contempla a atribuição de gerenciar as atividades relativas ao controle das operações de importação e exportação, estabelecendo, inclusive, diretrizes que vinculam as atividades dos demais órgãos que exercem atribuições relacionadas ao comércio exterior.

Questão 3

A organização de suas atividades em processos de trabalho permite a qualquer organização, seja pública ou privada, cumprir sua missão de maneira mais eficiente, otimizando a utilização de recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

Sobre o assunto, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O mapeamento dos processos de trabalho permitiu à administração aduaneira organizar, distribuir e executar melhor as etapas do trabalho, mas, por envolver somente procedimentos internos, a medida é incapaz de impactar significativamente o fluxo do comércio internacional.
- (B) Os processos de trabalho como “capacitar e desenvolver pessoas”, “promover a ética institucional”, “realizar governança de TI”, “formular atos interpretativos e normativos” e “julgar recursos administrativos” são comuns e aplicados por todas as áreas da RFB.
- (C) Os dispositivos constantes de tratados e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, ainda que exclusivamente aduaneiros, podem trazer impactos positivos em processos de trabalho comuns a todas as áreas da RFB.
- (D) A gestão de riscos utilizada no processo de trabalho de “pesquisa e seleção”, a exemplo de outras atividades, é decorrente de tratados internacionais vinculantes, decorrentes de e compromissos assumidos pelo Brasil na ordem internacional.
- (E) Os processos de trabalho “autorizar intervenientes” e “gerir cadastros tributários e aduaneiros” trazem procedimentos cruciais à correta identificação das características de cada interveniente e, por consequência, à adequada gestão de riscos, permitindo ainda maior eficácia ao processo de aplicação de penalidades por descumprimento da legislação aduaneira.

Questão 4

A atuação da Aduana no controle sobre as operações de comércio exterior se manifesta em um modelo que pressupõe ações associadas a “tempo” e “lugar” para a execução da fiscalização. Nesse sentido, assinale a afirmativa correta.

- (A) A liberação pela Aduana caracteriza o momento em que se encerra a atuação da fiscalização sobre a mercadoria importada, atestando definitivamente a regularidade da operação de importação.
- (B) A delimitação ou segregação física de locais e recintos é essencial para a atuação da fiscalização, visto que somente em portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados se exerce o controle aduaneiro.
- (C) O modelo de controle utilizado pela Aduana brasileira exige maior intervenção da fiscalização no curso do despacho aduaneiro de importação, antes da liberação da mercadoria, uma vez que, estando autorizada sua circulação no mercado doméstico, torna-se difícil a comprovação de ilícitos.
- (D) As medidas relacionadas à identificação dos sujeitos passivos ou ao controle de entrada de pessoas, veículos e cargas em locais e recintos, apesar de não associadas ao controle aduaneiro, podem trazer maior efetividade à atuação da fiscalização de tributos internos.
- (E) A realização de auditorias posteriores à liberação da mercadoria faz parte de uma estratégia do modelo de controle que permite a identificação de operações que podem ter sido efetuadas, por exemplo, com falta de recolhimento de tributos ou com má aplicação de legislação referente a benefícios condicionados à destinação das mercadorias.

Questão 5

A RFB é reconhecida pela excelência na utilização e interligação de sistemas informatizados. Na área aduaneira, o Portal Único de Comércio Exterior, em desenvolvimento desde 2014, foi concebido para reduzir a burocracia, o tempo e os custos associados às exportações e importações brasileiras.

Sobre o Portal Único, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Incorpora a filosofia internacionalmente conhecida como “Single Window”, para centralizar a interação entre o Estado e os operadores privados atuantes no comércio exterior.
- (B) Irá interligar todos os sistemas utilizados pelos diversos órgãos de controle e substituir o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), desenvolvido nos anos 80, por uma plataforma mais moderna e de base unificada.
- (C) É calcado em três pilares: a integração entre os órgãos de governo, o redesenho dos processos, com a revisão dos processos de exportação e importação e a tecnologia da informação, com desenvolvimento de várias ferramentas e evoluções e integrações em sistemas.
- (D) Permite que um dado coletado seja compartilhado a todos os órgãos de controle que dele necessitem, eliminando a necessidade de apresentação de documentos em papel, automatizando e desburocratizando operações.
- (E) Permitirá, por meio da Declaração Única de Importação (Duimp), o controle paralelo entre a inspeção física dos Órgãos Anuentes e a verificação da mercadoria pela RFB, aumentando desta forma a fluidez do comércio exterior.

Questão 6

A gestão de riscos é uma das principais ferramentas para a fluidez no comércio exterior e efetividade das ações da fiscalização aduaneira, objetivando melhores resultados a partir de maior eficácia na seleção das operações de importação e exportação a serem analisadas mais detidamente.

Sobre o assunto, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A seletividade é mais conhecida pela utilização de canais de verificação no curso do despacho aduaneiro, mas pode estar presente todas as etapas de controle.
- (B) A seleção e a avaliação de riscos incorporam aspectos econômicos e não econômicos, por conta da diversidade de interesses jurídicos que a legislação colocou sob tutela da Aduana.
- (C) As declarações são submetidas a verificações pelo sistema Siscomex sob diversos aspectos de controle, sendo a maior parte delas objeto de liberação automática das mercadorias no chamado canal verde de conferência aduaneira.
- (D) Tanto as importações como as exportações estão sujeitas a apresentação da carga em recinto alfandegado, mas somente as operações que demandam maior nível de intervenção devem ser objeto de apresentação de declarações por parte dos intervenientes.
- (E) Alguns canais de conferência demandam maior intervenção da fiscalização aduaneira, com ações voltadas a análise documental (canal laranja na exportação ou amarelo na importação) e verificação da mercadoria (canal vermelho na exportação e na importação).

CONTROLE DE CARGA, FLUXO DE INFORMAÇÕES E GESTÃO COORDENADA DE FRONTEIRAS - CCA**Questão 7**

Sobre o controle aduaneiro sobre os veículos provenientes do exterior que ingressam no país, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ingresso pode ocorrer tão somente em portos e aeroportos alfandegados.
- (B) Dada a extensão da fronteira terrestre brasileira, o veículo terrestre pode adentrar em território nacional por qualquer local, sem a necessidade de autorização pela aduana.
- (C) Nos pontos de fronteira alfandegados, o veículo proveniente do exterior estará sujeito à verificação do cumprimento das normas para o transporte de mercadorias em território nacional.
- (D) Os veículos estrangeiros que estejam transportando mercadorias em trânsito pelo território nacional estão dispensados dos procedimentos de controle aduaneiro.
- (E) O acesso ao veículo estrangeiro estacionado em área alfandegada é permitido para os tripulantes e seus familiares, independentemente de autorização da RFB.

Questão 8

Sobre o *manifesto de carga*, assinale a afirmativa correta.

- (A) É um documento de emissão obrigatória no transporte internacional de cargas pelo modal aquaviário e facultativo para o modal aéreo.
- (B) Deve, obrigatoriamente, apresentar a relação de todos os conhecimentos de carga incluídos no manifesto.
- (C) Não existe requisitos obrigatórios determinados pela RFB a serem apresentadas no manifesto.
- (D) A função do manifesto é exclusivamente para a comprovação de posse regular da carga em qualquer etapa do fluxo logístico.
- (E) A apresentação do manifesto sem a informação do local de embarque e de destino das cargas não sujeita o transportador a penalidades.

Questão 9

Sobre a relevância dos modais de transporte marítimo, aéreo e terrestre no comércio exterior brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O transporte de cargas de alto valor agregado e moeda utilizam, preferencialmente, o modal aéreo em razão de sua velocidade e segurança.
- (B) O modal marítimo é preterido em função da limitada extensão da costa brasileira.
- (C) As rotas aéreas que interligam cidades e países, em razão da quantidade de aeroportos internacionais existentes no País, prejudicam a distribuição e o acesso de produtos brasileiros a mercados no exterior.
- (D) No âmbito do Mercosul, o transporte de cargas granel, nas importações brasileiras, é realizado, preferencialmente, por ferrovias.
- (E) O transporte marítimo possui a limitação de permitir tão somente o escoamento da produção agrícola brasileira e a importação de fertilizantes em grânéis.

Questão 10

A gestão coordenada de fronteira é a abordagem cooperativa e integrada entre a aduana e os órgãos reguladores do comércio exterior.

Sobre as *práticas para uma gestão coordenada*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cada órgão de controle deverá manter e executar suas atribuições de forma independente e autônoma, sem o compartilhamento de informações em qualquer hipótese.
- (B) Nas áreas de controle integrado, é vedado o compartilhamento da estrutura física ou de equipamentos de inspeção com órgãos de controle de outros países.
- (C) O foco da gestão coordenada de fronteira é tão somente garantir a segurança aduaneira das operações, interrompendo o fluxo físico da carga de acordo com a sequência de inspeção dos órgãos de controle envolvidos.
- (D) O compartilhamento de informações relevantes entre as autoridades aduaneiras, de imigração, de segurança e outros órgãos, é essencial para o combate a atividades ilícitas.
- (E) As discussões para o planejamento de ações de gestão coordenada de fronteiras é restrito ao setor público, principais atores na elaboração de atos e execução de procedimentos.

DESPACHO ADUANEIRO OPERACIONAL - DDA**Questão 11**

Sobre a verificação da mercadoria no despacho aduaneiro de importação com registro de declaração de importação (DI) no Siscomex, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Destina-se a identificar e quantificar a mercadoria importada.
- (B) Quando realizada, torna obrigatória a lavratura do Relatório de Verificação Física (RVF).
- (C) É obrigatoriamente realizada por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB).
- (D) Pode ser realizada na presença do depositário, quando a mercadoria estiver depositada em recinto alfandegado, dispensada a presença do importador.
- (E) Pode ser realizada por amostragem.

Questão 12

Em relação ao fluxo padrão do despacho aduaneiro de exportação realizado por meio de DU-E, assinale a afirmativa correta.

- (A) O registro da DU-E sempre marca o fim da espontaneidade para exportador.
- (B) Os canais de conferência para os quais pode ser selecionada uma DU-E são verde, laranja e cinza.
- (C) As declarações selecionadas para os canais laranja e vermelho serão distribuídas aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, por meio do módulo CA.
- (D) A verificação da mercadoria no despacho de exportação não pode ser realizada por Analista Tributário da Receita Federal do Brasil (ATRFB).
- (E) A DU-E selecionada para canal laranja de conferência aduaneira é desembaraçada automaticamente pelo sistema.

Questão 13

Sobre o *despacho aduaneiro de importação*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pode ser realizado com base em declaração simplificada de importação (DSI), registrada no Siscomex, nas hipóteses previstas na legislação.
- (B) É um procedimento obrigatório para toda mercadoria procedente do exterior, exceto as que não forem sujeitas ao pagamento do imposto de importação.
- (C) Quando realizado, implica a exigência de verificação física da mercadoria.
- (D) É dispensado, no caso de entrada no país, de mala diplomática ou consular.
- (E) Não pode ser realizado por declaração sem registro no Siscomex.

Questão 14

No despacho aduaneiro de exportação realizado por meio de DU-E, a recepção dos bens a exportar no local de despacho (recepção de carga)

- (A) marca o início do despacho de exportação.
- (B) deve ser registrada por Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.
- (C) só é realizada para DU-E de canal verde.
- (D) não é registrada no Portal Siscomex.
- (E) implica a chegada física da carga a determinado local.

Questão 15

Sobre o despacho de exportação realizado por meio de DU-E, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) No despacho com fluxo padrão, o desembaraço aduaneiro na exportação é o ato pelo qual é registrada a conclusão da conferência aduaneira, e autorizado o trânsito aduaneiro, o embarque ou a transposição de fronteira da mercadoria.
- (B) No despacho com embarque antecipado, o embarque da mercadoria para o exterior ocorre antes do desembaraço da DU-E.
- (C) Somente serão considerados exportados, para fins fiscais e de controle cambial, os bens cujo embarque ou transposição de fronteira estiver averbado.
- (D) A mercadoria objeto de despacho de exportação com fluxo padrão de DU-E será sempre submetida à verificação da mercadoria.
- (E) Há previsão normativa de retificação ou cancelamento da DU-E já registrada.

ARRECAÇÃO, COBRANÇA E CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Questão 16

Sobre a *constituição do crédito tributário*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) é uma das formas mais usuais de constituição do crédito tributário.
- (B) O lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- (C) A Multa por Omissão de Declaração (MOD) é um típico exemplo de lançamento de ofício.
- (D) O lançamento de ofício não se sujeita ao Processo Administrativo Fiscal.
- (E) O Código Tributário Nacional (CTN) prevê três modalidades de lançamento: de ofício, por homologação e por declaração.

Questão 17

José Esperto, engenheiro, construiu uma casa logo que se casou, em 1997. José, alguns anos depois, decidiu se mudar para o exterior e vendeu todos os seus bens, inclusive a referida casa.

A venda foi efetuada em 05/05/2020, resultando num ganho de capital de R\$ 200.000. Porém, na correria dos preparativos da viagem, José Esperto esqueceu-se de informar o referido ganho no Programa de Apuração dos Ganhos de Capital (GCAP), de forma que esta informação não foi importada na Declaração de Imposto de Renda, tampouco o evento foi transmitido.

Alguns meses depois, a RFB percebeu a inconsistência e efetuou o lançamento de ofício referente ao ganho de capital “omitido”, de acordo com o Art. 1º da Lei nº 7.713/1988, *in verbis*: “Os rendimentos e ganhos de capital percebidos a partir de 1º de janeiro de 1989, por pessoas físicas residentes ou domiciliados no Brasil, serão tributados pelo imposto de renda na forma da legislação vigente.”

Sobre o caso acima, analise as afirmativas a seguir.

- I. A concretização da venda do imóvel no mundo real, efetuada em 05/05/2020, é hipótese de incidência do crédito tributário.
- II. O crédito tributário foi constituído no momento em que o ganho de capital foi auferido.
- III. O lançamento de ofício é aquele realizado pela autoridade administrativa, por meio da lavratura do Auto de Infração ou da Notificação de Lançamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.

Questão 18

O CTN (Código Tributário Nacional) apresenta diversos atos que extinguem ou suspendem o crédito tributário. Sobre esses atos, assinale a afirmativa que apresenta a relação correta entre o ato e seu efeito.

- (A) A remissão é causa de suspensão.
- (B) A transação é causa de suspensão.
- (C) A compensação não homologada é causa de suspensão.
- (D) A decisão administrativa definitiva é causa de extinção.
- (E) A prescrição é causa de suspensão, decadência e extinção.

Questão 19

Um sujeito passivo ingressou com um pedido de revisão do crédito tributário depois que a dívida já havia sido inscrita e o despacho de citação já havia sido proferido na ação de execução.

Sobre o pedido de revisão, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não pode mais ser apreciado pela autoridade administrativa, já que a competência para resolver o litígio foi transferida para o Judiciário.
- II. Pode ser apreciado pela autoridade administrativa apenas se o sujeito passivo ainda não foi citado na ação de execução.
- III. Pode ser apreciado pela autoridade administrativa, mesmo com a ação de execução em curso, face ao poder de autotutela e aos princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência administrativa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Questão 20

Com relação à Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O contribuinte que não entregar a declaração até o fim do prazo está sujeito a multa de 1% ao mês sobre o valor do imposto de renda devido, limitada a 20% do valor do imposto de renda. O valor mínimo da multa é de R\$ 165,74.
- (B) A multa é gerada no momento da entrega da declaração, e a notificação de lançamento é emitida juntamente com o recibo de entrega.
- (C) Para as declarações com direito à restituição, se a multa não for paga dentro do vencimento, ela será deduzida, com os respectivos acréscimos legais, do valor do imposto a ser restituído. Apesar disso, se alguém não concorda com a multa, ou seja, considera que entregou a declaração dentro do prazo ou entende que a multa não é devida por outro motivo, pode apresentar impugnação, dentro dos 30 dias do vencimento.
- (D) Despesa indedutível é o valor que pode ser legalmente reduzido dos seus rendimentos, fazendo com que a sua base de cálculo do imposto seja menor e, conseqüentemente, pague-se menos imposto. A lei prevê como despesas dedutíveis: dependentes, saúde, educação, previdência, pensão alimentícia e livro-caixa.
- (E) As deduções incentivadas são valores que podem reduzir diretamente o valor do imposto devido, por exemplo, as doações para fundos da criança e adolescente ou do idoso.

Questão 21

O Sistema Omissos PJ pretende ser uma aplicação aberta e parametrizável que, gradualmente, controlará a entrega das diversas declarações a que estejam obrigadas as pessoas jurídicas. Fornecerá subsídios a outros sistemas que necessitem dessas informações, tais como as rotinas de verificação da regularidade fiscal (Situação Fiscal e Certidão), de emissão de intimações (*e-Sicodéc*) e atualização da situação cadastral das inscrições dos contribuintes no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Assinale as situações cadastrais no CNPJ decorrentes das omissões das declarações registradas pelo sistema Omissos PJ.

- (A) Inapta e baixada.
- (B) Nula e suspensa.
- (C) Ativa e suspensa.
- (D) Inapta e suspensa.
- (E) Nula e baixada.

Questão 22

Em linhas gerais, *cadastro* é um repositório de dados básicos sobre uma entidade específica – uma pessoa, um veículo, uma sociedade empresária, uma conta bancária – que, reunidos, dão origem a uma informação que pode ser consultada e atender a uma finalidade qualquer.

A confiança em um cadastro aumenta proporcionalmente a veracidade dos dados que o compõem e é reduzida conforme a falta de atualização e consistência.

Dessa forma, os dados que compõem um cadastro precisam estar

- (A) corretos, coerentes e atualizados.
- (B) corretos, divergentes e atualizados.
- (C) duplicados, coerentes e atualizados.
- (D) corretos, coerentes e independentes.
- (E) corretos, coerentes e desatualizados.

Questão 23

O Cadastro da Pessoa Física (CPF) e o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) são marcantes no cotidiano do Brasil. Novas formas de atuação e de procedimentos fazem com que esses registros ampliem sua presença na sociedade – presença essa já historicamente relevante.

Sobre os cadastros das pessoas físicas e das pessoas jurídicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Todas as pessoas físicas são obrigadas a possuir o CPF. Exemplo marcante dessa situação são os turistas ocasionais em férias no país, obrigados a constituir o CPF no momento do ingresso no Brasil.
- (B) O CNPJ é o número que identifica uma pessoa jurídica – a qual só tem existência após a obtenção desse registro.
- (C) A ausência de apresentação da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física leva o CPF a ser considerado suspenso.
- (D) A pessoa jurídica omissa – ou seja, aquela que deixa de entregar suas declarações – tem o cadastro classificado como anulada.
- (E) As solicitações de atos cadastrais no CNPJ podem ser formalizadas pela entrega direta da documentação exigida, quando a responsabilidade pela análise e deferimento for do órgão de registro que celebrou convênio com a RFB.

Questão 24

Assinale a opção que apresenta tipos de *benefícios fiscais*.

- (A) Anistia e transação.
- (B) Isenção e parcelamento.
- (C) Crédito presumido e transação.
- (D) Redução da base de cálculo e crédito presumido.
- (E) Remissão e dispensa de cumprimento de obrigação acessória.

Questão 25

No ordenamento jurídico brasileiro não existe uma norma geral acerca de *benefícios fiscais*. Contudo, existem aspectos importantes e comuns a eles.

Sobre este tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Benefício fiscal pode ser concedido por lei, decreto ou medida provisória.
- (B) Benefício fiscal pode ser considerado como uma redução ou eliminação de ônus tributário.
- (C) A concessão de benefício fiscal, no âmbito da RFB, não requer regularidade fiscal.
- (D) A instituição de um benefício fiscal não precisa visar o alcance de um interesse público.
- (E) Benefício fiscal pode ser concedido indiscriminadamente, ou seja, a todos os contribuintes, sem necessidade de restringir-se a determinado setor ou grupo econômico.

Questão 26

Regime especial de tributação é uma forma diferenciada de tributação aplicada a determinado setor ou atividade empresarial e costuma estar intimamente relacionado à fruição de algum benefício fiscal.

Sobre o regime especial de tributação mais conhecido, o *Simples Nacional*, assinale a opção *incorreta*.

- (A) Trata-se de um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos e abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).
- (B) É um regime de opção facultativa, cuja adesão pode ser cancelada e efetivada pelo contribuinte a qualquer momento do ano-calendário em que a opção foi efetuada.
- (C) Apresenta como benefício a simplificação da apuração e a substituição do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, INSS sobre a folha de pagamento (parte patronal), IPI, ICMS e ISS por uma alíquota única.
- (D) O recolhimento dos tributos é efetuado mediante documento único de arrecadação (DAS).
- (E) Para aderir ao Simples Nacional, o requerente precisa enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte e possuir receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

Questão 27

A Receita Federal, corriqueiramente, defere os pedidos de direito creditório dos contribuintes. Quando isso ocorre, há a possibilidade de compensação de ofício.

Sobre essa situação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A compensação de ofício ocorre somente a confirmação expressa do contribuinte detentor do direito creditório.
- (B) A compensação de ofício ocorre porque os contribuintes têm créditos a receber, ao mesmo momento que possui débitos a liquidar. Porém, se a Receita Federal não propuser a compensação em 180 dias, os contribuintes podem receber seus valores, mesmo com débitos.
- (C) Na compensação de ofício, os contribuintes não escolhem quais débitos querem compensar.
- (D) Uma vez que o cidadão concorda com a compensação de ofício, o pedido de restituição transforma-se numa declaração de compensação.
- (E) Na compensação de ofício, os contribuintes escolhem quais débitos querem compensar, mas somente aqueles vencidos.

ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE**Questão 28**

O atendimento presencial foi, por muitos anos, o único canal de atendimento ao contribuinte na Receita Federal. Todo procedimento deveria ser feito em uma das unidades de atendimento da RFB espalhadas pelo Brasil. Ao longo dos últimos 15 anos, o atendimento ao contribuinte na Receita Federal transformou-se bastante, processo este que foi acelerado com o advento da pandemia em 2020, surgindo então novas maneiras de atendimento ao contribuinte interagir com a Receita Federal (canais de atendimento).

As opções a seguir apresentam canais de atendimento à distância, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Portal e-CAC.
- (B) Chat RFB.
- (C) Chatbot.
- (D) Caixa Corporativa.
- (E) Ponto de Atendimento Virtual (PAV).

Questão 29

De acordo com a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 4/2010, a prestação de serviços nas unidades de Atendimento da RFB deverá observar estritamente os procedimentos estabelecidos no Siscac. Ademais, a Nota Cogeia nº 17/2019, ratifica a obrigatoriedade de utilizar o Siscac pelo servidor alocado no atendimento, bem como recomenda a consulta do Manual frequentemente, com o objetivo de se inteirar das informações e procedimentos relativos às atividades de atendimento.

As opções a seguir apresentam formas de estruturação do Siscac, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Orientações Gerais para o Atendimento
- (B) Assuntos principais
- (C) Biblioteca – Treinamentos
- (D) Novidades
- (E) Alterações

Questão 30

Quando o serviço de entrega digital de documentos ainda não estiver disponibilizado no e-CAC ou quando o sistema estiver temporariamente indisponível, o contribuinte obrigado à entrega pelo e-CAC pode apresentar o pedido

- (A) no atendimento presencial, mas em formato digital, assinando os documentos com assinatura eletrônica permitida pela legislação.
- (B) no atendimento presencial, em qualquer formato, assinado pelo (a) contribuinte ou seu (a) representante legal.
- (C) no atendimento residual, em formato misto, assinando os documentos com assinatura eletrônica permitida pela legislação.
- (D) não pode apresentar os documentos. Deve aguardar a disponibilização do serviço ou disponibilidade do e-CAC.
- (E) no atendimento residual, mas em formato digital, assinando os documentos com assinatura eletrônica permitida pela legislação.

Questão 31

Sobre *assinatura eletrônica*, sua utilidade e características, assinale a afirmativa correta.

- (A) Assinatura simplificada é a mais básica. Portanto, ela não permite identificar seu signatário.
- (B) Assinatura avançada é a mais segura. Ela está associada de maneira inequívoca ao seu signatário, por meio do uso de biometria.
- (C) Assinatura qualificada é a que utiliza certificado digital emitido pela ICP-Brasil.
- (D) Os três tipos de assinatura permitem acesso aos sistemas de atendimento virtual da Receita Federal, inclusive a assinatura de documentos da RFB em ambiente virtual.
- (E) Apesar da modernização das estruturas de comunicação, em razão do elevado grau de sigilo, documentos comprobatórios dos cidadãos e empresas só podem ser entregues em meio físico, nas unidades de atendimento e assinados na presença de um servidor público.

ESTADO, SOCIEDADE E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**Questão 32**

O projeto bCPF caracteriza-se por compartilhar a base CPF usando um novo paradigma tecnológico. Assinale a opção que indica a tecnologia que suportou este projeto e fez da RFB um *case* de sucesso.

- (A) *ExcriptoChain*.
- (B) *LavoisierChain*.
- (C) *Blockchain*.
- (D) *TecnologiaChain*.
- (E) *InovationChain*.

Questão 33

Quando se deseja criptografar um arquivo, uma das técnicas disponíveis é usar um *par de chaves*. Esta técnica foi usada no projeto COMPARTILHA-RFB para que o dono do dado entregasse o seu dado ao banco destinatário.

Neste sentido, assinale a opção que indica este par de chaves.

- (A) Estrangeira e Nacional.
- (B) Público e Privada.
- (C) Americana e do Mercosul.
- (D) Liberada e Bloqueada.
- (E) Do Sul e do Norte.

Questão 34

As dimensões territoriais do Brasil tornam os desafios que ele enfrenta ainda mais complexos. Neste sentido, para otimizar o sucesso das ações da RFB é sugerido

- (A) usar recursos financeiros infinitos.
- (B) usar recursos financeiros exclusivamente da iniciativa privada, terceirizando suas ações.
- (C) usar tecnologia da informação para compensar a falta de recursos financeiros e humanos.
- (D) restringir a aplicação de recursos que justifiquem quaisquer ações mitigatórias ou de otimização.
- (E) evitar a contratação de mão de obra e substituir todo o quadro por inteligência artificial.

Questão 35

Quanto à tecnologia blockchain, assinale a afirmativa correta.

- (A) Serve exclusivamente para criar novas moedas digitais que servirão apenas para financiar o crime organizado.
- (B) Viabilizou um modelo federativo e colaborativo de troca de dados nos projetos bCPF e bCONNECT da RFB.
- (C) Não tem qualquer importância tecnológica.
- (D) É um estudo acadêmico, ainda não aplicado pelo mercado nem pela RFB.
- (E) É uma tecnologia teórica pura, sem utilização prática pela RFB.

Questão 36

Sobre o projeto de reconhecimento facial adotado pela RFB nos aeroportos brasileiros (IRIS), analise as afirmativas a seguir.

- I. É um exemplo do uso de tecnologia da informação, gestão de risco e inteligência para otimização das ações da RFB.
- II. É um exemplo de como o uso da burocracia do serviço público influencia as ações positivas da RFB.
- III. É um exemplo do abuso de autoridade e do exercício do poder de polícia pela RFB em suas atividades fins.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E FLUÊNCIA EM DADOS II**Questão 37**

As opções a seguir apresentam características dos *arquivos de dados brutos* que são administrados pela Receita Federal e reunidos no Receita Data, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Arquivos de dados brutos são aqueles que conservam seu estado original.
- (B) O conteúdo dos arquivos de dados brutos pode ser apresentado nos formatos XML ou TXT, dentre outras possibilidades.
- (C) O conteúdo dos arquivos de dados brutos sempre é apresentado no formato PARQUET.
- (D) O armazenamento destes dados no Receita Data é realizado por meio de um serviço de armazenamento do HADOOP denominado HBASE, no qual, em geral, os dados são armazenados de forma direta, isto é, o conteúdo binário do arquivo é armazenado diretamente no HBASE.
- (E) A chave que é atribuída a cada arquivo é denominada 'rowkey' e respeita a uma regra de formação que favorece a separação temporal dos dados.

Questão 38

Acerca do alcance da Política de Governança de Dados da Receita Federal, leia o fragmento a seguir.

“Ela abarca apenas o _____ que hoje é composto por um _____, um Data Lake on-premise, conhecido como _____, e um ambiente em nuvem, ainda em construção, chamado de _____.”

Assinale a opção que apresenta os termos que completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) ambiente analítico – *Data Warehouse* (DW) – Receita Data – Receita Nuvem.
- (B) *Data Warehouse* (DW) – ambiente analítico – Receita Nuvem – Receita Data.
- (C) Receita Nuvem – ambiente analítico – Receita Data – *Data Warehouse* (DW).
- (D) ambiente analítico – Receita Nuvem – Receita Data – *Data Warehouse* (DW).
- (E) Receita Data – Receita Nuvem – ambiente analítico – *Data Warehouse* (DW).

Questão 39

Em relação à Política de Governança, os papéis que podem ser desempenhados pelos servidores da Receita Federal em sua atuação no ambiente analítico podem ser classificados em cinco grupos.

Assinale a opção que indica a associação correta de um papel ao respectivo grupo.

- (A) Papel Auditor de Segurança do Ambiente Analítico => Grupo Papéis de gestão de dados.
- (B) Papel Consumidores de Informação => Grupo Papéis de auditoria e controle.
- (C) Papel Engenheiro de Dados => Grupo Papéis técnicos de implementação.
- (D) Papel Representante Estratégico de Dados => Grupo Papéis auxiliares.
- (E) Papel Analista de Suporte ao Usuário Interno => Grupo Papéis de consumo de dados.

Questão 40

Sobre o *histórico de Analytics* na Receita Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente após a pandemia de COVID-19 a Receita Federal passou a materializar eletronicamente diversos tipos de obrigações acessórias exigidas pela legislação tributária.
- (B) Todos os sistemas utilizados na Receita sempre foram abrangentes e integrados, com comunicação direta entre si, o que permitiu facilidades aos trabalhos internos de seleção de contribuintes.
- (C) A implantação do DW foi um passo importante na jornada pelo Data Analytics na Receita Federal., mas nem todas as informações necessárias para alguns trabalhos estavam presentes no DW.
- (D) Em 2007, a Receita Federal adquiriu licenças de um sistema focado em análises de contabilidade, o chamado 'ContÁgil', cujo nome deriva da expressão 'Contabilidade Ágil', porque tinha como objetivo inicial acelerar o trabalho de tratamento e correção das informações contábeis, incluindo também funcionalidades destinadas a facilitar o trabalho de fiscalização sobre estes dados.
- (E) Antes da instituição do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) a Receita Federal não podia realizar auditoria em meio digital em razão de não existir ato normativo que permitisse intimar os contribuintes a informar dados contábeis e fiscais de forma padronizada.

Questão 41

O fragmento a seguir reflete o período após a implantação do *Data Warehouse* (DW) na Receita Federal, que propiciou melhorias no acesso aos dados e nas possibilidades de análise, mas não atendeu às necessidades que continuamente foram surgindo.

Apesar da grande riqueza de informações, o processo para se estruturar e disponibilizar estes dados para consumo interno nos processos de trabalho da Receita Federal ainda era muito demorado. Os _____ evoluíam, com adição de novos campos e novas estruturas, mas levava-se muito tempo para se mapear essas estruturas de dados e disponibilizar para uso no DW. Além disso, a _____ por trás do DW não estava dimensionada para disponibilizar em todos os detalhes o grande volume de dados do _____. Com isso, foi necessário a Receita Federal dar mais um passo importante na jornada do _____: a implantação de um ambiente de Big Data: o 'Receita Data'.

Assinale a opção que apresenta os termos que completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) *Data Analytics* – infraestrutura tecnológica – layouts de arquivos – SPED.
- (B) SPED – *Data Analytics* – layouts de arquivos – infraestrutura tecnológica.
- (C) infraestrutura tecnológica – layouts de arquivos – *Data Analytics* – SPED.
- (D) layouts de arquivos – *Data Analytics* – SPED – infraestrutura tecnológica.
- (E) layouts de arquivos – infraestrutura tecnológica – SPED – *Data Analytics*.

Questão 42

Em relação às características do *Receita Data*, ambiente de *big data* da Receita Federal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O *Receita Data* é baseado na tecnologia 'HADOOP' e consiste em um *cluster* de centenas de máquinas, com elevada capacidade de memória, CPU e discos.
- (B) O *Receita Data* é uma plataforma com vários serviços que incluem atividades de armazenamento, processamento e consultas, de forma distribuída em um *cluster* de várias máquinas.
- (C) O *Receita Data* tornou possível realizar consultas antes tecnicamente inviáveis, como, por exemplo, executar uma consulta que percorre trilhões de registros de itens de notas fiscais eletrônicas, compreendendo um período de vários anos e dezenas de milhões de contribuintes.
- (D) O *Receita Data* reside em um *datacenter on-premises*, com máquinas adquiridas e administradas pelo SERPRO, cabendo a este a responsabilidade pela segurança do ambiente físico e garantia de disponibilidade contínua dos serviços, repassando este custo fixo para a Receita Federal.
- (E) O *Receita Data* tornou possível a um número maior de pessoas participar no processo de modelagem das estruturas de dados e elaborar diferentes estratégias de pesquisas, por isso não é relevante estabelecer um processo de governança de dados dentro da instituição, estabelecendo diferentes papéis e responsabilidades.

Questão 43

O *Receita Data* apoia-se na plataforma *Apache Hadoop*, a qual disponibiliza a ferramenta de código aberto denominada *Hadoop User Experience* (HUE), que permite interação com diferentes bancos de dados, *data warehouses* e *data lakes*.

Em relação a esta ferramenta, o usuário do *Receita Data* pode utilizá-la nas tarefas listadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Explorar, navegar e importar dados para o *Receita Data*.
- (B) Intimar os contribuintes para entregar arquivos digitais.
- (C) Realizar consultas SQL através do editor de consultas, que possui recursos como autocompletar, destaque de sintaxe e de erros lógicos, sugestões de otimização, amostragem dos dados e visualização de suas estatísticas, dentre outros.
- (D) Exportar os dados consultados em formatos populares, como CSV ou Excel.
- (E) Criar *dashboards* e agendar tarefas repetitivas

Questão 44

Em relação à tela inicial do ContÁgil, que é apresentada ao usuário assim que este acessa o sistema, analise as afirmativas a seguir.

- I. A tela inicial apresenta uma Barra de Menus padrão do sistema, a qual pode ser ampliada mediante a instalação de *plugin* e *script* adicionais.
- II. Está disponível uma Barra de Atalhos para diversas funcionalidades disponíveis na barra de Menus.
- III. Há uma opção que permite acessar o servidor do ContÁgil para instalar *plugin* específico para alguma necessidade do usuário.
- IV. Está disponível uma Barra de notificação contendo avisos sobre novas versões do sistema, *plugin* e *script* instalados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

Questão 45

Considerando os recursos relacionados às tabelas do usuário e aos modelos analíticos dinâmicos (MAD) disponíveis no ContÁgil, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As tabelas contendo os dados importados podem ser visualizadas e analisadas diretamente e, para isto, o usuário deve clicar o nome da tabela e escolher a opção Visualizar Tabela do Usuário.
- (B) Há uma forma flexível de analisar os dados, que é o recurso denominado Modelo Analítico Dinâmico – MAD.
- (C) Para elaborar um MAD o usuário precisa conhecer alguma Linguagem Estruturada de Consulta da família SQL.
- (D) É possível armazenar a estrutura do MAD em disco para ser utilizada em análises futuras realizadas no contexto do mesmo projeto, supondo que esta é uma análise que pode se repetir ao longo do tempo.
- (E) Por meio de MAD é possível elaborar uma visão unificada dos dados combinando tabelas do usuário, MAD criados anteriormente e outras bases quaisquer.

Questão 46

O SCRaaS é um *script* do ContÁgil, desenvolvido na forma visual ou em linguagem de programação, com o propósito de facilitar o desenvolvimento e implantação de *web-services*. Para ser disponibilizado como um SCRaaS, o *script* precisa cumprir alguns requisitos.

Quanto aos requisitos que um *script* deve cumprir para ser disponibilizado como um SCRaaS, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ser desenvolvido em uma das linguagens previstas para uso em *scripts* do ContÁgil.
- II. Compartilhamento e credenciamento do *script* pelas áreas de negócios responsáveis.
- III. Configuração dos *endpoints* do serviço.
- IV. Os demais recursos necessários para o funcionamento do serviço, tais como controle de acesso, registros de LOG e provisionamento de recursos computacionais, passam a fazer uso do próprio ambiente de servidor do ContÁgil.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

SIGILO FISCAL**Questão 47**

Com relação ao *sigilo fiscal*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Constituição Federal/88 garante expressamente o direito ao sigilo fiscal.
- (B) O sigilo fiscal não está expressamente consignado no Código Tributário Nacional.
- (C) O sigilo fiscal, embora não esteja expresso na Constituição Federal/88, é desdobramento dos direitos constitucionais à inviolabilidade da intimidade e da vida privada.
- (D) Os servidores fazendários estão obrigados a guardar sigilo, esse dever não é extensivo aos terceirizados e estagiários.
- (E) Os dados e informações de pessoas físicas e jurídicas prestados às administrações tributárias podem ser amplamente utilizados pelos respectivos governos.

Questão 48

Sobre as informações obtidas pelas Administrações Tributárias, assinale a afirmativa correta.

- (A) As informações obtidas pelas administrações tributárias estão sob o manto do sigilo fiscal e não podem em hipótese alguma ser transferidas a terceiros.
- (B) A divulgação ou compartilhamento de informações protegidas por sigilo fiscal, fora das hipóteses admitidas na legislação, constitui infração leve.
- (C) A RFB não editou atos normativos que tratam do dever de observar o sigilo fiscal.
- (D) A transferência de informações protegidas por sigilo fiscal é permitida, nos casos excepcionais previstos em lei.
- (E) Os dados e informações prestados às administrações tributárias podem servir de subsídio para o exercício das atividades e competências de outros órgãos, ainda que não previstos em lei ou convênio.

Questão 49

Sobre as exceções ao *sigilo fiscal*, previstas no Art. 198 do CTN, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A RFB, ao atender demandas do Poder Judiciário, deve analisar se os fatos e os motivos que justificam a solicitação têm pertinência direta com a informação sigilosa solicitada.
- (B) São exceções ao sigilo fiscal as solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.
- (C) Embora não seja vedada a divulgação das informações elencadas no Art. 198, § 3º, do CTN, os servidores não estão autorizados a adotar, indiscriminadamente, iniciativas de divulgação.
- (D) Não é vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais; inscrições na Dívida Ativa; parcelamento ou moratória; e incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.
- (E) Uma vez constituído definitivamente o crédito tributário, a RFB deve encaminhar as representações fiscais para fins penais ao Ministério Público Federal.

Questão 50

Sobre a possibilidade de fornecimento de informações protegidas por sigilo fiscal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Com relação ao Convênio celebrado entre a RFB e a AGU, para fins de garantia e recuperação de créditos públicos, é possível fornecer informações sobre bens, direitos, rendas e faturamento, excetuada a movimentação financeira.
- (B) O Art. 58, § 3º, da CRFB/88, concede às CPI e às CPMI poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Sendo assim, o fornecimento de informações protegidas pelo sigilo fiscal está abrangido pela exceção prevista no do Art. 198, § 1º, inciso I, do CTN, que trata de requisições de autoridade judiciária no interesse da justiça.
- (C) A RFB pode fornecer informações protegidas por sigilo fiscal à Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos estados, em razão do disposto no Art. 198, §, 1º, inciso I, do CTN.
- (D) Para o desempenho de atribuições institucionais pelos órgãos de controle, a RFB deve compartilhar dados tanto com o TCU, quanto com a CGU.
- (E) As informações relativas à situação econômica ou financeira dos estados, do DF e dos municípios não estão protegidas pelo sigilo fiscal.

TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

Questão 51

Sobre o *processo administrativo fiscal federal* do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O processo administrativo fiscal envolve necessariamente a ideia de litígio, devendo ser arquivado nos casos em que o contribuinte não questione a exigência.
- (B) A Constituição Federal/1988 adotou o sistema de contencioso administrativo de inspiração americana, caracterizado pelo fato de parte das questões relativas à Administração Pública, especialmente as tributárias, serem reservadas à apreciação exclusiva pelos órgãos do Poder Executivo.
- (C) O processo administrativo fiscal somente se encerra com a decisão definitiva da Câmara Superior de Recursos Fiscais sobre a matéria em litígio.
- (D) No âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, o gênero processo administrativo-fiscal engloba diversas espécies de processos e não só os de determinação e exigência de créditos tributários.
- (E) Nos casos em que o processo administrativo fiscal for objeto de litígio, o contribuinte deve se fazer representar por intermédio de advogado e efetuar o pagamento das taxas administrativas correspondentes.

Questão 52

Determinado contribuinte foi cientificado do lançamento de ofício em 05/10/2023 – quinta-feira. O prazo para impugnação da exigência é de 30 (trinta) dias e o dia 05/10/2023 tem expediente normal.

OUTUBRO						
Se	Te	Qua	Qui	Sex	Sab	Do
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
NOVEMBRO						
Se	Te	Qua	Qui	Sex	Sab	Do
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

Assinale a opção que indica a *data limite* para a apresentação da impugnação da exigência.

- (A) 20/11/2023 – segunda-feira.
- (B) 17/11/2023 – sexta-feira.
- (C) 19/11/2023 – domingo.
- (D) 30/11/2023 – quarta-feira.
- (E) 29/11/2023 – terça-feira.

Questão 53

Em consequência da regra contida no Art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal/1988, a saber: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, assinale a opção que apresenta o princípio aplicável ao processo administrativo fiscal.

- (A) Oficialidade.
- (B) Continuidade.
- (C) Unidade de Jurisdição.
- (D) Informalidade.
- (E) Celeridade.

Questão 54

Sobre a ciência dos atos processuais por Edital, em processos de determinação e exigência de créditos tributários conforme estabelecido no Decreto nº 70.235/1972, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Fazenda Pública pode se utilizar deste meio sempre que houver urgência em cientificar o contribuinte do lançamento de ofício.
- (B) O Edital somente é considerado válido, se emitido por meio eletrônico e publicado no endereço da administração tributária na *internet*.
- (C) Por se constituir em exceção, a intimação por Edital somente pode ser considerada válida quando devidamente autorizada pelo contribuinte.
- (D) O Edital não pode ser utilizado quando sujeito passivo não mantiver atualizado o seu cadastro na Receita Federal.
- (E) O contribuinte deve ser considerado intimado, via Edital, 15 (quinze) dias após a sua publicação.

Questão 55

Determinado contribuinte pediu parcelamento dos débitos que havia informado em sua declaração de rendimentos do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Posteriormente, o parcelamento foi rescindido, em virtude de o contribuinte não ter liquidado todas as parcelas.

Sobre a situação acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) É necessária a formalização da exigência, mediante a lavratura de auto de infração, para cobrança da dívida remanescente.
- (B) Deve ser emitida notificação de lançamento, para cobrança integral dos valores declarados, dado que a confissão de dívida não dispensa o lançamento de ofício.
- (C) O contribuinte deve ser intimado a confirmar a existência da dívida remanescente.
- (D) O saldo remanescente deve ser objeto de cobrança, dispensando-se a necessidade de se efetuar o lançamento de ofício, dado que tanto a declaração do IRPF como o pedido de parcelamento constituem-se em instrumento de confissão de dívida.
- (E) Deve ser assegurado ao contribuinte o direito de impugnar a exigência, dado que a confissão de dívida garante os mesmos direitos ao contraditório e ampla defesa concedidos no caso de lançamento de ofício.

Questão 56

Determinado contribuinte foi cientificado de um auto de infração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, relativo aos anos-calendário de 2020, 2021 e 2022. Por concordar com as dívidas relativas aos dois primeiros anos-calendário, apresentou a impugnação somente quanto ao ano-calendário de 2022.

Sobre a situação narrada, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Por se tratar de impugnação parcial, não cumprida a exigência relativa à parte não litigiosa do crédito, o órgão preparador, antes da remessa dos autos a julgamento, providenciará a formação de autos apartados para a imediata cobrança da parte não contestada.
- (B) Não deve ser lavrado termo de revelia com referência a parcela não contestada, pois não se verifica a falta de comparecimento do sujeito passivo ao processo.
- (C) É necessário que o contribuinte efetue o depósito judicial da quantia objeto da exigência tributária impugnada, sob pena preclusão do direito de contestar o lançamento.
- (D) A legislação tributária permite que, nos casos de força maior, as provas documentais sejam apresentadas após a impugnação.
- (E) A impugnação suspende a exigibilidade do crédito tributário contestado, não se aplicando ao processo administrativo fiscal a chamada prescrição intercorrente.

Questão 57

Sobre o *julgamento em primeira instância*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Compete à Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (Cocaj) gerenciar as atividades relativas ao contencioso administrativo no âmbito das DRJ e DRJ-R).
- (B) Haverá recurso de ofício sempre que a decisão de primeira instância exonerar o sujeito passivo de crédito tributário superior a 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).
- (C) O recurso de ofício também será interposto no caso de decisão que deixe de aplicar pena de perdimento de mercadoria prevista no Art. 555 do Regulamento do Imposto Sobre Produtos Industrializados.
- (D) Também haverá recurso de ofício de decisão que exonerar o sujeito passivo com fundamento em decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) Não haverá recurso de ofício quando for deferido pedido de restituição de tributos apresentado pelo sujeito passivo, independentemente do valor.

Questão 58

Sobre o *recurso voluntário da decisão de 1ª Instância*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não cabe recurso voluntário de decisão monocrática proferida por julgador de turma ordinária de DRJ.
- (B) O prazo para interposição de recurso voluntário no caso de decisão monocrática proferida por julgador de turma ordinária de DRJ é de 20 dias.
- (C) O exame do recurso voluntário de decisão monocrática proferida por julgador de turma ordinária de DRJ é de competência das turmas recursais da DRJ-R.
- (D) Se houver recurso voluntário parcial, o processo seguirá da mesma maneira que seguiria se o recurso fosse integral, sem apartamento dos autos.
- (E) O recurso voluntário somente tem efeito suspensivo se houver solicitação expressa do contribuinte.

Questão 59

Sobre os *embargos de declaração*, assinale a afirmativa correta.

- (A) É recurso específico a ser interposto junto ao ministro da fazenda em última instância.
- (B) Somente podem ser interpostos embargos de declaração pelo contribuinte com autorização judicial.
- (C) O prazo para interposição dos embargos é de 15 dias contados da ciência do acórdão.
- (D) Os embargos de declaração têm a finalidade específica de esclarecer contradição ou omissão ocorrida em um acórdão do Carf.
- (E) Somente o contribuinte pode apresentar embargos de declaração pela aplicação do princípio do contraditório e da ampla defesa.

Questão 60

Com base no Art. 42 do Decreto nº 70.235/1972, que resume as situações em que uma decisão administrativa se torna definitiva, assinale a afirmativa correta.

- (A) O efeito da definitividade da decisão é manter os efeitos da impugnação até decisão judicial ulterior.
- (B) O crédito tributário decorrente da decisão administrativa definitiva somente pode ser cobrado por expressa autorização judicial.
- (C) O prazo prescricional para a propositura da ação de execução, por parte da Fazenda Pública, passa a fluir.
- (D) É definitiva a decisão de primeira instância nos casos de interposição de recurso especial de divergência por parte da Fazenda Nacional.
- (E) A exigibilidade do crédito tributário continuará suspensa até que haja a interposição de ação de execução por parte da Fazenda Nacional.

Realização

